

AVALIAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL: AÇÕES RELACIONADAS À UTILIZAÇÃO DE BENS NATURAIS, BENS PÚBLICOS E ÀS LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Susan da Silva*, Celson R.C Silva, Elisabeth F. Krieger, Rosângela L. Bjerck, Carlos Eduardo S. Maurer
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus POA susaan.dasilva@gmail.com

RESUMO

Os Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS) são ferramentas de planejamento que permitem ao órgão ou entidade da Administração Pública estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos. O PLS do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) foi implantado no ano de 2013, vigendo até o exercício de 2016. Apesar de instituído, até o momento não haviam sido empregados mecanismos de monitoramento e avaliação da política no âmbito do Campus Porto Alegre, uma das 17 unidades acadêmicas que constituem o IFRS. O presente trabalho, desenvolvido em componente curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, visa avaliar o grau de implantação do PLS no Campus, através do monitoramento das ações relativas à utilização de bens naturais, bens públicos e às licitações sustentáveis. Inicialmente, buscou-se identificar os indicadores a serem monitorados, os setores responsáveis pelas informações e procedeu-se a sensibilização dos mesmos, de modo a constituir parcerias para o desenvolvimento do estudo. Posteriormente, fez-se o levantamento dos dados referentes ao período de janeiro de 2013/2014 até 2015/ 2016. Os resultados indicam que a quase totalidade das metas estabelecidas no PLS não foram alcançadas. Diversos fatores podem ajudar a explicar este panorama, entretanto acredita-se que para sua reversão deva-se investir nas soluções criativas e que resultem mais do envolvimento da comunidade acadêmica com a instituição.

PALAVRAS-CHAVE: planos de gestão, administração pública, monitoramento, sustentabilidade;

INTRODUÇÃO

O Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, estabeleceu critérios, práticas e diretrizes gerais para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes (Brasil, 2012). Através deste decreto, em seu artigo 16º, ficou instituído que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deveriam elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS), no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com a Instrução Normativa nº 10/2012, os PLS são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitem ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública (SLTI, 2012).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul é uma instituição federal de ensino público e gratuito. Atua com uma estrutura multicampi para promover a educação profissional e tecnológica de excelência e impulsionar o desenvolvimento sustentável de diferentes regiões do estado. É constituído por 17 campi, contando com cerca de 15.000 alunos, em 180 opções de cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades. Oferece também cursos de pós-graduação e dos programas do governo federal Mulheres Mil, Proeja e Formação Inicial Continuada (FIC). Tem mais de 1600 servidores, estando entre os dez maiores institutos federais do Brasil em número de alunos e servidores. Conforme dados de 2015 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) do Ministério da Educação (MEC), o IFRS foi o quarto melhor classificado entre os institutos federais do país.

O Campus Porto Alegre é uma das unidades que constituem o IFRS. Localizada na capital do estado, originou-se a partir da Escola Técnica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A partir de 2008, ao constituir o IFRS, passou a ter uma nova estrutura administrativa e pedagógica, passando a atender as demandas que surgem com a criação de novos cursos técnicos e superiores. Seguindo seu projeto de expansão, no ano de 2011 o Campus Porto Alegre entrou em funcionalidade na sua nova sede, localizada no Centro Histórico de Porto Alegre, contando com uma área de 48.000m². Atualmente oferece 17 cursos técnicos e cinco cursos superiores, entre presenciais e à distância, além do

PROEJA, pós-graduação e cursos de extensão e capacitação profissional. Nestes estão matriculados aproximadamente 1.800 alunos, sendo atendidos por 170 servidores.

O PLS do IFRS foi instituído em outubro de 2013 para vigor no período de 2013 a 2016. O Plano é constituído por um conjunto de 11 diretrizes, para as quais foram estabelecidas metas a serem alcançadas ao longo do período. Estas diretrizes estão organizadas em sete grupos (utilização de bens naturais e bens públicos, água, energia elétrica, gestão de resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, licitações sustentáveis e deslocamento pessoal), desdobrando-se num total de 89 ações. Apesar da sua implantação na instituição, constatou-se que não têm sido empregadas metodologias de gerenciamento do mesmo, não sendo adotado até o momento o monitoramento das ações para avaliar o alcance das metas definidas. Assim, se fez necessário o desenvolvimento do presente estudo, que pretende contribuir para a avaliação do grau de implantação desta política pública na unidade de ensino, avaliando o alcance das metas estabelecidas para as ações relativas à utilização de bens naturais e públicos e às licitações sustentáveis, constantes no PLS da instituição.

Além do objetivo principal do trabalho, este também tem significativo interesse em contribuir com a gestão da instituição subsidiando-a com informações para a elaboração de um novo PLS. Por fim, visa também integrar as atividades de ensino e pesquisa acadêmicas, uma vez que é desenvolvido em um componente curricular do Curso Superior Tecnologia em Gestão Ambiental e é cadastrado como ação de pesquisa.

METODOLOGIA

O presente estudo constitui-se em uma pesquisa documental e de levantamento de dados primários, desenvolvida como atividade didática das disciplinas Projeto Integrador I e Projeto Integrador II do Curso Superior Tecnologia em Gestão Ambiental do Campus Porto Alegre. Através de uma metodologia de desenvolvimento de projetos, os alunos das disciplinas realizaram, numa primeira etapa, a revisão da documentação e legislações pertinentes ao PLS, elaboraram planos de monitoramento e desenvolveram ações de sensibilização junto aos órgãos e setores do campus, de modo a estabelecerem parcerias para o estudo. Num segundo momento, fizeram a coleta de dados e a compilação de informações relativas ao período 2013/2014 - 2015/2016, para em seguida proceder a análise crítica dos resultados. Todas as atividades foram desenvolvidas ao longo de 2016.

No PLS, as ações relativas à utilização de bens naturais, bens públicos e às licitações sustentáveis são abordadas em cinco diretrizes, assim estabelecidas: diminuir o consumo de papel; diminuir o consumo de copos descartáveis; fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados à produtos e processos ligados à sustentabilidade; economia de cartuchos para impressão e aquisição de bens e materiais, contratações de serviços e obras ambientalmente sustentáveis. Tais diretrizes apresentam metas a serem alcançadas através do desenvolvimento de um conjunto de 39 ações. A tabela 1 apresenta um resumo das informações relativas a cada uma dessas diretrizes, exceto em relação à diretriz diminuir o consumo de copos descartáveis, que não é abordada neste trabalho. Tais informações subsidiaram a elaboração dos procedimentos de coleta de dados e avaliação dos resultados, descritos à frente.

Tabela 1 – Metas, número de ações e indicador de avaliação referentes às diretrizes dos grupos utilização de bens naturais e públicos e licitações sustentáveis do Plano de Gestão de Logística Sustentável do IFRS.

Diretriz	Meta	Número de ações	Indicador
Diminuir o consumo de papel	Diminuição em 10% no consumo anual de papel	12	Quantidade média mensal de pacotes de 500 folhas
Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados à produtos e processos ligados à sustentabilidade	Desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e processos	2	Percentual das ações de extensão e pesquisa que desenvolvem tecnologias, produtos e processos ligados à sustentabilidade em relação ao total de ações desenvolvidas
Economia de cartuchos para impressão	Diminuição em 10% no consumo anual de tinta ou toner	4	Quantidade anual de impressões registradas.
Aquisição de bens e materiais, contratações de serviços e obras ambientalmente sustentáveis	Contratar e adquirir bens, produtos e serviços ambientais no Campus e Reitoria, sempre que possível	19	Diversos

Com base na organização acima descrita, foram identificados os órgãos do campus responsáveis pelas informações previstas em cada diretriz e realizada uma apresentação do projeto aos mesmos, de modo a incluir suas contribuições e obter o compromisso de colaboração de seus servidores. A partir disso foram estabelecidas as seguintes metodologias para a coleta de dados:

Diminuir o consumo de papel – as informações referentes à quantidade anual de pacotes de folhas de papel (500un) utilizados foram obtidas junto à Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio (CAP), sendo abrangidos os dados mensais referentes à distribuição de papéis A4 brancos e papéis A4 reciclados, registrados no Sistema Unificado de Administração Pública – SUAP.

Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados à produtos e processos ligados à sustentabilidade – as informações referentes à quantidade anual de ações de extensão e pesquisa que desenvolvem tecnologias, produtos e processos ligados à sustentabilidade foram obtidas junto às Diretoria de Extensão (DEXT) e Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (DPPI). Para tal, os alunos tiveram acesso aos processos físicos arquivados, resultantes da submissão de propostas no Sistema SIEX/SiGProj do IFRS, referentes ao período de 2013 à 2015. O exercício de 2016 não foi incluído pelo fato de muitas ações ainda se encontrarem em desenvolvimento. Inicialmente, os processos foram classificados em aptos e não aptos, sendo considerados aptos apenas os processos que apresentaram o relatório final da ação e não aptos aqueles em que não foi apresentado o relatório final. Para cada processo considerado apto, foram averiguados e identificados os aspectos relativos ao desenvolvimento de produtos ou processos sustentáveis e ações que tiveram seu objetivo focado na agregação de valor aos materiais reciclados. Para tal, procedeu-se a leitura e avaliação de cinco itens da proposta: resumo da proposta, justificativa, objetivos, referencial teórico e metodologia e avaliação; e cinco itens do relatório final: resumo da proposta, objetivos alcançados, produtos gerados, mudanças e dificuldades e conclusões e perspectivas. Ao final, os dados foram planilhados, obtendo-se a porcentagem de ações de Extensão e Pesquisa em aderência com a diretriz em relação ao número de ações aptas em cada ano. Para cada ação de extensão ou Pesquisa em aderência com a diretriz, foi identificada ainda a sua área temática abordada.

Economia de cartuchos para impressão – as informações referentes à quantidade anual de impressões registradas foram obtidas junto à Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), através de levantamento feito pelo próprio órgão e transmitido aos alunos via e-mail.

Aquisição de bens e materiais, contratações de serviços e obras ambientalmente sustentáveis – as informações referentes a essa diretriz foram obtidas junto à Coordenadoria de Contratos, Compras e Licitações (CCL), coletadas da mesma forma que no setor anterior. Porém, neste caso foi ainda esclarecido que as informações foram obtidas em uma base de dados, sob a forma de planilhas, organizadas conforme as cláusulas contratuais que determinam itens mais específicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados aqui apresentados são ainda preliminares, sendo analisados apenas sob o ponto de vista do alcance das metas previstas nas diretrizes. Análises posteriores abordarão a efetividade de cada ação da diretriz, buscando identificar a sua contribuição relativa para os resultados obtidos. Os resultados são apresentados a seguir.

Diminuir o consumo de papel – de acordo com os dados da CAP, conforme a Figura 1, fica evidente que não houve redução do uso de papel ao longo dos três anos avaliados, considerando-se a média mensal de pacotes de 500 folhas retirados no setor. Pelo contrário, constata-se que a quantidade de papel reciclado e branco, quando somados, aumentou ao longo dos anos. Tal padrão é contrário ao esperado, uma vez que o avanço da tecnologia e do acesso a arquivos digitais deveria reduzir o uso de papel. Percebe-se ainda que o principal fator responsável por esse aumento foi a elevação do consumo de papel branco, uma vez que o consumo de papel reciclado permaneceu aparentemente inalterado. Quando comparado ao papel branco, o papel reciclado sempre apresentou uma quantidade maior por demanda em todos os anos, o que para o meio ambiente é favorável. Porém, para o aspecto financeiro da instituição se torna economicamente desfavorável, uma vez que apresenta um maior custo. Talvez isso explique o aumento do seu uso ao longo dos últimos anos, período em que se estabeleceu uma crise econômica no país, refletindo em cortes orçamentários nas instituições federais de ensino.

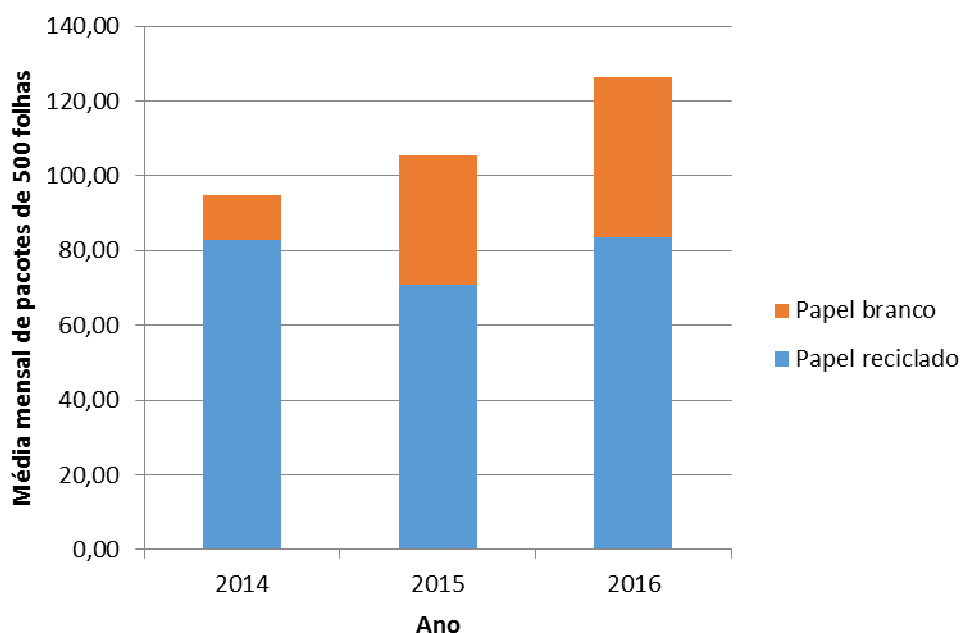


Figura 1 – Quantificação da média mensal de pacotes de 500 folhas de papel (branco e reciclado) retirados na Coordenadoria de Almojarifado e Patrimônio do IFRS, Campus Porto Alegre, no período de 2014 a 2016. Fonte: autor do trabalho

Fomentar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados à produtos e processos ligados à sustentabilidade – foram identificadas, ao longo do período estudado, 56 ações de pesquisa ou extensão relacionadas ao desenvolvimento de produtos ou processos sustentáveis ou que tiveram seu objetivo focado na agregação de valor aos materiais reciclados. Na Figura 2 é possível observar que a percentagem de ações enquadradas em relação às aptas cresce de 2013 para 2014, mantendo-se em 2015, apesar de apresentar uma pequena redução. Evidencia-se também que as ações de extensão são as principais contribuintes para o alcance desses valores. De fato, foram enquadradas 44 ações de extensão e apenas 12 de pesquisa entre as ações aptas. Por outro lado, quando consideradas as ações aptas em separado para cada segmento, o percentual de ações de pesquisa enquadradas (35,29%) é bem superior aos da extensão (18,80%), sugerindo que a política está melhor aplicada naquele segmento, apesar da maior contribuição das ações de extensão para o cômputo geral. Um fato relevante a ser mencionado é a constatação que quando, consideradas apenas as ações de pesquisa ou extensão voltadas ao desenvolvimento de tecnologias para uso do próprio IFRS, a percentagem de ações enquadradas reduz fortemente (Figura 3), sugerindo também que há pouca contribuição da política para a instituição.

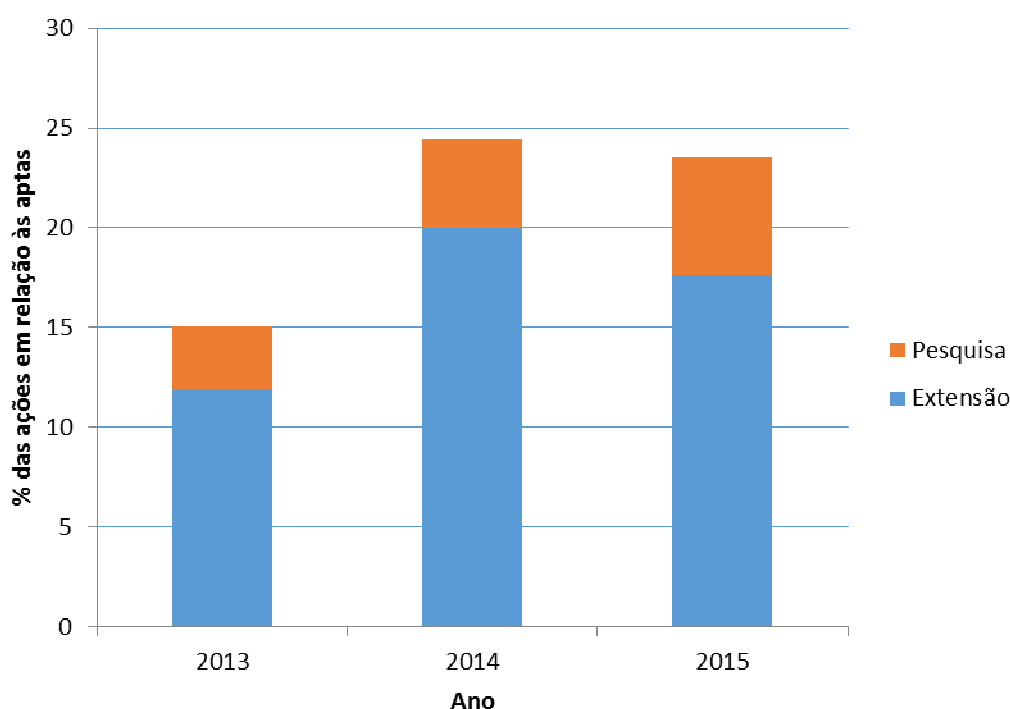


Figura 2 – Ações de Pesquisa ou Extensão relacionadas ao desenvolvimento de produtos e processos ligados à sustentabilidade no IFRS, Campus Porto Alegre, no período de 2013 a 2015. Fonte: autor do trabalho

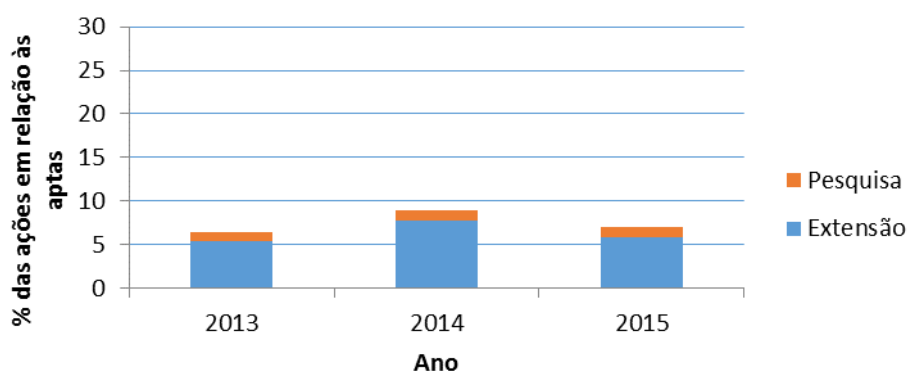


Figura 3 – Ações de Pesquisa ou Extensão relacionadas ao desenvolvimento de produtos e processos ligados à sustentabilidade para uso do IFRS, no IFRS, Campus Porto Alegre, no período de 2013 a 2015. Fonte: autor do trabalho

Com relação às ações de pesquisa enquadradas no PLS, os dados coletados junto à DPPI apontam projetos relacionados ao desenvolvimento de sensores remotos aplicados ao monitoramento ambiental, à informação ambiental através da internet, à educação sócio-ambiental, ao uso de princípios ativos vegetais no desenvolvimento de tecnologias médicas, agrícolas e de alimentos e estudos ambientais. No que diz respeito às ações de extensão enquadradas, os dados obtidos junto à DEXT revelam que as principais áreas temáticas abordadas são a educação sócio-ambiental e o uso da tecnologia digital, presentes em todos os anos estudados, conforme evidencia o Figura 4.

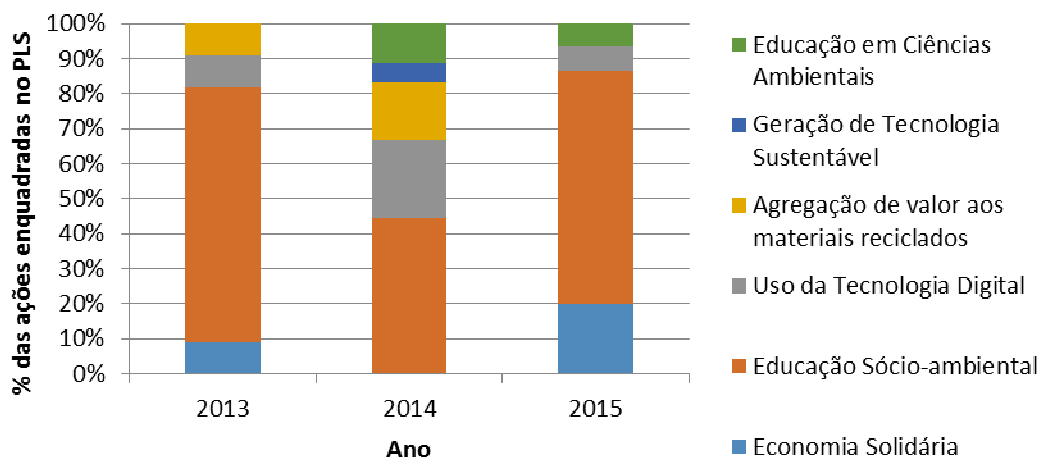


Figura 4 – Contribuição das diferentes áreas temáticas nas ações de extensão relacionadas ao desenvolvimento de produtos e processos ligados à sustentabilidade no IFRS, Campus Porto Alegre, no período de 2013 a 2015.

Fonte: autor do trabalho.

Economia de cartuchos para impressão – com base nas informações da DTI, constatou-se que nem todas as ações previstas no PLS foram realizadas. A gestão das impressões no Campus Porto Alegre se dá por contratos de locação de impressoras com empresas terceirizadas. Atualmente há 19 impressoras contratadas, em pleno funcionamento. Quando alguma irregularidade é observada nos equipamentos, os mesmos são imediatamente substituídos, sem causar prejuízos aos processos administrativos da instituição. Entretanto, foi constatado que até julho de 2015 a empresa contratada não possuía controle de fluxos de seus equipamentos. Por tal motivo, não se tem uma quantificação das impressões realizadas. Só a partir de agosto de 2015, com a contratação de uma nova empresa, foi instalado um software para monitorar esta demanda e o fluxo em cada um dos equipamentos. Portanto, o indicador referente a esta diretriz ficou prejudicado. Ações referentes à implantação de sistemas informatizados para divulgação interna, processos digitais e softwares de comunicação eletrônica para o envio de mensagens instantâneas ou para a transmissão de voz não foram efetivadas no decorrer do PLS, tendo em vista que o setor não desenvolveu o sistema de plataforma específico para este uso no Campus. No que se refere a quantidade de impressões no formato frente e verso, a DTI informou que há possibilidade de programar as máquinas e computadores para que esta diretriz seja realizada, porém cada usuário poderá reverter a operação, sendo improvável a concretização desta referida ação.

Aquisição de bens e materiais, contratações de serviços e obras ambientalmente sustentáveis – os dados referentes à CCL são ainda incipientes, em face do elevado número de ações e diferentes indicadores a serem avaliados para esta diretriz. Entretanto, é possível preliminarmente afirmar que também não há o total cumprimento das ações previstas no PLS. Diversas especificações previstas no PLS para as licitações, como, por exemplo, o esclarecimento através de nomenclatura técnica do tipo de papel A4 a ser adquirido a fim de garantir uma preferência à materiais ecologicamente corretos, não são cumpridas, limitando-se apenas à distinção se o papel é branco ou reciclado. Há muitas compras compartilhadas com outros campi e pregões eletrônicos que por vezes dificultam a especificação dos produtos ou serviços comprados, como, por exemplo, a especificação do descarte de lâmpadas conforme a logística reversa prevista pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados alcançados, embora preliminares para algumas diretrizes abordadas, evidenciam que a quase totalidade das metas estabelecidas no PLS não foram alcançadas. Diversos fatores podem ajudar a explicar este panorama, entre os quais o fato da Instituição estar em pleno processo de consolidação, com o aumento dos seus cursos, do número de servidores, alunos e área física, o que evidentemente acarreta num aumento vegetativo dos custos da instituição no campus. Soma-se a isso, a crise econômica que se instalou no país nos últimos anos, fazendo com que houvesse contingenciamento orçamentário na instituição, principalmente nas rubricas de investimento. Assim, tornou-se difícil o atendimento de inúmeras ações previstas no PLS, em especial aquelas que demandavam a aquisição e instalação de

equipamentos que viessem ao encontro do atendimento dessas ações. Por outro lado, é possível que o PLS tenha sido pouco divulgado no âmbito dos Campi, fazendo com que muitas ações não tenham sido implantadas simplesmente por falta de conhecimento por parte dos setores responsáveis. Cabe ressaltar que são nesses momentos de dificuldades que se deve investir nas soluções criativas e que resultem mais do envolvimento da comunidade acadêmica com a instituição. Projetos de pesquisa, ensino e extensão direcionados para a solução de problemas do campus, sejam eles de ordem administrativa ou ambiental, devem ser estimulados. O monitoramento da execução e dos resultados dessas ações deve ser estabelecido como prática cotidiana do campus, sugerindo-se inclusive a criação de um núcleo para o gerenciamento do PLS no seu âmbito. A continuidade do trabalho, que se estende com a conclusão da coleta de dados e análise pormenorizada dos resultados, poderá contribuir para a proposição de um novo conjunto de ações ou para o aprimoramento de outras já estabelecidas no PLS. De qualquer forma, o estudo tem contribuído muito para o aprimoramento dos estudantes nas áreas abordadas e no desenvolvimento de habilidades de gerenciamento de projetos e de trabalho em grupo. Por fim, o seu envolvimento com os diferentes setores do campus tem contribuído para o incremento do seu sentimento de pertença em relação à instituição, assim como tem sensibilizado os servidores para o tema da gestão pública sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf>. Acesso em: 27 Fev. 2016
2. SLTI. Instrução normativa nº 10/2012. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf> Acesso em 27 Fev. 2016